

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG
PROCESSO SELETIVO 2027
RESULTADO DA ANÁLISE PRELIMINAR DO RESUMO EXPANDIDO DO
PROJETO
EDITAL REGULAR – AMPLA CONCORRÊNCIA - MESTRADO

Banca: 1-A

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A DOGMÁTICA DAS CONTRATAÇÕES ESTRATÉGICAS: INAPLICABILIDADE DE LICITAÇÃO E CONTROLE JURÍDICO DO ENQUADRAMENTO NO ART. 28, 3º, I, DA LEI Nº 13.303/2016.	70,0	Classificado
A REGULAÇÃO RESPONSIVA NO ÂMBITO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DOS MECANISMOS PREMIAIS COMO INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	80,0	Classificado
CONTRATUALIZAÇÃO COM O PODER PÚBLICO: (des)caracterização funcional de MASCs e negócios jurídicos processuais frente à supremacia do interesse público	70,0	Classificado
Governança Corporativa, Compliance e Regulação Estatal: Análise da Efetividade dos Programas de Integridade na prevenção de Ilícitos Econômicos	40,0	Eliminado

Banca: 1-B

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A ALOCAÇÃO DE CUSTOS, ENCARGOS E RISCOS NOS CONVÊNIOS DE SAÚDE INDÍGENA ENTRE 2018 E 2025	40,0	Eliminado
A CONTRATUALIZAÇÃO MULTINÍVEL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS DE GESTÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO (UAIs) SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 14.133/2021 E DA LEI Nº 11.079/2004	0,0	Eliminado
A EVOLUÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO PODER CAUTELAR DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	0,0	Eliminado
A Transformação Digital da Administração Pública: uma Releitura das Categorias Estruturantes do Direito Administrativo	50,0	Eliminado
A Uniformidade Procedimental nas Licitações Eletrônicas: Garantias do Processo Administrativo Digital na Aplicação da Lei nº 14.133/2021	0,0	Eliminado
A Vinculação da Administração Pública às Decisões dos Dispute Boards: A Reconfiguração da Autotutela no Ambiente Regulado da ANTT	70,0	Classificado
A impessoalidade e a moralidade em Processo Administrativo Disciplinar em que se utiliza Inteligência Artificial	0,0	Eliminado
A participação popular na definição do objeto da contratação pública municipal: análise dos mecanismos da Lei nº 14.133/2021 à luz do paradigma constitucional democrático	54,0	Eliminado
AS RECOMENDAÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ATUAÇÃO INFORMAL, SOFT LAW E AUTOVINCULAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA JURÍDICA NO CONTROLE EXTERNO	78,0	Classificado
ATUALIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 869/1952 FRENTE AO REGIME CONSTITUCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS: PERMANÊNCIAS, TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MINEIRA	0,0	Eliminado

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E TUTELA ADMINISTRATIVA: limites jurídicos da atuação do Estado sobre as universidades estaduais mineiras	0,0	Eliminado
As contratações públicas estratégicas no Direito Administrativo contemporâneo: a implementação de políticas públicas e o critério de desempate por equidade de gênero na Lei nº 14.133/2021	0,0	Eliminado
CONSENSUALIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: estudo dogmático-jurímétrico sobre a efetividade do Ajustamento Disciplinar na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais	60,0	Eliminado
CONSEQUENCIALISMO JURÍDICO ENQUANTO PRINCÍPIO DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: especificamente, o art. 20 da LINDB como um pilar principiológico consequencialista do Direito Administrativo	51,0	Eliminado
CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS SUCESSIVAS NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL: CONCURSO PÚBLICO, CONTROLE ADMINISTRATIVO E PRECARIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA FUNÇÃO PÚBLICA	45,0	Eliminado
CONTROLE EXTERNO, CONSENSUALIDADE E LEGITIMIDADE: a Secex-Consenso do Tribunal de Contas da União	75,0	Classificado
CREDENCIAMENTO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: o despontar de modelos híbridos de seleção de interessados no Direito Administrativo brasileiro	75,0	Classificado
Discrecionalidade informada no Direito Administrativo brasileiro: percurso procedimental antecedente e controle judicial informado.	77,0	Classificado
Entre a Discrecionalidade e a Caixa-Preta: Os Limites Jurídicos da Delegação Algorítmica no Poder de Polícia Administrativa sob a Perspectiva Comparada Brasil-França	0,0	Eliminado
Entre a unilateralidade e a consensualidade: processo decisório, controle e segurança jurídica na execução de políticas habitacionais de interesse social	44,0	Eliminado
Entre imperatividade e consensualidade: parâmetros para a escolha da celebração de acordos substitutivos pelos Tribunais de Contas	72,0	Classificado
Entre o Formalismo e as Tendências Contemporâneas: uma análise jurídico-administrativa dos desafios e perspectivas da adoção do marketplace na rede municipal de saúde de Belo Horizonte	51,0	Eliminado
GARANTIAS DO PODER PÚBLICO EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS MUNICIPAIS: estudo da vinculação de receitas nas modelagens contratuais da última década	0,0	Eliminado
Gestão de riscos legais na avaliação judicial da regularidade da conduta administrativa: uma análise jurisprudencial de aspecto consequencialista da segurança jurídica e do interesse público	44,0	Eliminado
INADIMPLEMENTO OU INFRAÇÃO? O SANCIONAMENTO DA INEXECUÇÃO NOS CONTRATOS DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA	71,0	Classificado
Interseções entre o Direito Administrativo Sancionador e o Direito Penal nas ações de fiscalização dos tribunais de contas: à procura da uniformização do regime jurídico sobre a intercambialidade de institutos criminais e administrativo-sancionadores no controle externo	60,0	Eliminado
LIMITES AO DIRECIONAMENTO INDEVIDO DE RECURSOS PÚBLICOS: as emendas parlamentares impositivas e as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil	49,0	Eliminado
NEGOCIAÇÃO ADMINISTRATIVA PRÉ-PROCESSUAL DE PRETENSÕES INDENIZATÓRIAS EXTRACONTRATUAIS EM MUNICÍPIOS MINEIROS: BARREIRAS INSTITUCIONAIS, CRITÉRIOS DECISÓRIOS E RISCOS DE INTEGRIDADE	58,0	Eliminado
O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: ANÁLISE À LUZ DA REGULAÇÃO RESPONSIVA	0,0	Eliminado
O APAGÃO DAS CANETAS, A SEGURANÇA JURÍDICA E A RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DE AGENTES PÚBLICOS: A APLICABILIDADE DO ART. 28 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO - LINDB À LUZ DO JULGAMENTO DA ADI 6421	47,0	Eliminado

O FUTURO DO CONTROLE INTERNO: GOVERNANÇA PREVENTIVA, SEGURANÇA JURÍDICA E SUPORTE À EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	60,0	Eliminado
O PODER LEGISLATIVO E SEU CONTROLE SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS: NOVAS PERSPECTIVAS DA TEORIA DA CAPTURA NA REALIDADE BRASILEIRA	57,0	Eliminado
O PROCESSO ADMINISTRATIVO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA REGULATÓRIA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA AUTORIZAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG	0,0	Eliminado
O dever de preservação dos contratos de infraestrutura econômica na LINDB, na Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União	0,0	Eliminado
O poder punitivo do Tribunal de Contas da União: a (in)suficiência da motivação na dosimetria das multas sob a perspectiva do Direito Administrativo Sancionador	70,0	Classificado
RESSIGNIFICANDO A ESFERA PÚBLICA COMO BASE AMPLIADA DE CONVERGÊNCIA E EQUIPRIMORDIALIDADE DOS INTERESSES EMERGENTES	50,0	Eliminado

Banca: 1-C

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A Inteligência Artificial Especializada como Instrumento de Apoio à Gestão Pública: uma análise dos impactos na eficiência, transparência e imparcialidade das decisões administrativas.	31,0	Eliminado
A vulnerabilidade digital do consumidor no comércio eletrônico das apostas de quota-fixa no Brasil: a fricção zero como instrumento de vício de consentimento do apostador.	50,0	Eliminado
Chatbots, vulnerabilidade informacional e responsabilidade das plataformas: impactos jurídicos dos erros informacionais no consumo digital.	46,0	Eliminado
DA COLETA AO APRIMORAMENTO: O LEGÍTIMO INTERESSE COMO BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NAS FASES DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	70,0	Classificado
DECISÃO EMPRESARIAL ASSISTIDA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DEVER DE DILIGÊNCIA DOS ADMINISTRADORES: CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO À LUZ DA REGULAÇÃO EMERGENTE	75,0	Classificado
ENTRE O DADO E A IMPUTAÇÃO: CONDIÇÕES DE LEGITIMIDADE DOS RASTREAMENTOS E DAS INFERÊNCIAS PRODUZIDAS PELA ANÁLISE DE REDES BLOCKCHAIN EM INVESTIGAÇÕES DE CRIMINALIDADE ECONÔMICO-DIGITAL	70,0	Classificado
INFRAESTRUTURAS DIGITAIS DE AUTORIA, PROVENIÊNCIA E TITULARIDADE NO MERCADO DE ARTE: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE SEQUÊNCIA NO BRASIL	50,0	Eliminado
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INTEGRIDADE DA PROVA ORAL: governança, rastreabilidade e limites jurídicos na tomada de depoimentos de mulheres vítimas de violência e de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.	40,0	Eliminado
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS E À PRIVACIDADE	55,0	Eliminado
O uso da inteligência artificial na segurança pública: eficiência administrativa, proteção de dados e os limites constitucionais da interferência do Estado.	55,0	Eliminado
Pressupostos para responsabilização civil das plataformas online do TikTok, Instagram e YouTube pelo por design em crianças e adolescentes na jurisdição brasileira	48,0	Eliminado
Profundidade Inferencial e Responsabilidade Civil: classificação funcional do tratamento de neurodados para a incidência normativa	80,0	Classificado

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS ELABORADAS COM APOIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Parâmetros para a responsabilização do estado e do magistrado	48,0	Eliminado
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DECISÕES ALGORÍTMICAS BASEADAS EM DADOS PESSOAIS: AUTONOMIA TECNOLÓGICA, OPACIDADE DECISÓRIA E OS LIMITES DOS MODELOS CONTEMPORÂNEOS DE IMPUTAÇÃO JURÍDICA	50,0	Eliminado
Responsabilidade jurídica por decisões automatizadas em sistemas de inteligência artificial: transparência, risco e proteção de dados	50,0	Eliminado

Banca: 1-D

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
"O PLANO ALTERNATIVO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: PARÂMETROS DE GOVERNANÇA, LIMITES MATERIAIS E CONTROLE JUDICIAL DA COMPETÊNCIA REORGANIZACIONAL DOS CREDORES"	62,0	Eliminado
A efetividade do disclosure de governança corporativa e socioambiental da Lei nº 13.303/2016: uma análise empírica nas empresas estatais federais não-dependentes.	70,0	Classificado
APURAÇÃO DE HAVERES NA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA POR EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETIRADA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MÉTODO DO BALANÇO DE DETERMINAÇÃO E DA LIMITAÇÃO DA AUTONOMIA DOS SÓCIOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	61,0	Eliminado
CAPITALIZAÇÃO DE CRÉDITOS E ALTERAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: FORMAÇÃO, DEVERES E RESPONSABILIDADE DO CREDOR-CONTROLADOR	76,5	Classificado
CAUTELARES ANTECEDENTES À RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: a convivência entre o regime especial do art. 20-B da Lei n. 11.101/2005, o regime geral dos arts. 305 a 310 do Código de Processo Civil e os critérios de controle da escolha do devedor	77,0	Classificado
CONFLITOS DE INTERESSES E DE AGÊNCIA EM REDES DE FRANQUIA: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS CONTRATUAIS DE ALINHAMENTO E CONTROLE NO DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO	59,5	Eliminado
Governança corporativa e a transição para uma economia de baixo carbono: desafios jurídicos e caminhos no contexto brasileiro frente ao modelo regulatório europeu.	57,5	Eliminado
NATUREZA DOS COVENANTS EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DE COMPANHIA FECHADA COMO ELEMENTO EXPLICATIVO DA(S) FUNÇÃO(ÕES) DA CLÁUSULA PENAL E ORIENTATIVO DA REDUÇÃO EQUITATIVA DA PENALIDADE (ART. 413 DO CÓDIGO CIVIL)	70,0	Classificado
O PROPÓSITO DA COMPANHIA EM TRANSFORMAÇÃO: DEVERES FIDUCIÁRIOS E DISCRICIONARIEDADE DOS ADMINISTRADORES NO BRASIL EM UM PARADIGMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SUSTENTÁVEL NO SUL GLOBAL	70,0	Classificado

Banca: 1-E

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
CONSEQUENCIALISMO NO STJ: ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO EM DETRIMENTO DA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL	70,0	Classificado
REGULAÇÃO ECONÔMICA DA EXPLORAÇÃO MINERAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: A EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DA CFEM E A PROTEÇÃO AMBIENTAL	75,0	Classificado

Banca: 1-F

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A ATUAÇÃO REGULATÓRIA DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE: Prevenção do Greenwashing e tutela da eficiência informacional no mercado de capitais em perspectiva comparada com a União Europeia	83,0	Classificado
A EFETIVIDADE DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS FINTECHS PELA OMISSÃO NO CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS NO SISBAJUD	86,0	Classificado
A POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL E O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE JURÍDICO-REGULATÓRIA DOS EFEITOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	60,0	Eliminado
A TRANSFORMAÇÃO DA ARQUITETURA REGULATÓRIA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL NA ERA DOS ATIVOS DIGITAIS: A EXPANSÃO DA REGULAÇÃO PRUDENCIAL PARA AS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ATIVOS VIRTUAIS E OS DESAFIOS DAS FINANÇAS DESCENTRALIZADAS.	0,0	Eliminado
ATIVOS VIRTUAIS E NOVOS RISCOS: DESAFIOS À REGULAÇÃO E À REPRESSÃO CRIMINAL E ADMINISTRATIVO-SANCIONADORA NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	90,0	Classificado
Análise do crime de Insider Trading: A Ineficácia das Sanções Penais no Brasil à Luz do Direito Comparado	88,0	Classificado
Ato regular de gestão, business judgment rule e responsabilidade de dirigentes de EFPC em decisões de investimento e limites ao poder-dever de fiscalização do Estado	0,0	Eliminado
CASO MASTER E DANIEL VORCARO: UM OLHAR SOB O VIÉS DA AGRADABILIDADE SOCIAL QUE TENDE A AFASTAR O OLHAR PUNITIVO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	87,0	Classificado
Crise em instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e instrumentos de recuperação: soluções de mercado como alternativas aos regimes de resolução e à falência.	95,0	Classificado
DIAGNÓSTICO DO TRATAMENTO DAS INFRAÇÕES COMETIDAS CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA COMPARATIVA ENTRE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES E PROCESSOS PENAIIS	95,0	Classificado
Mercado de derivativos no Brasil: funções e objetivos dos reguladores	95,0	Classificado
O EMPTY VOTING ABUSIVO E A INTEGRIDADE DO MERCADO: Um estudo à luz da regulação do mercado de valores mobiliários	84,0	Classificado
OS EFEITOS DA INSOLVÊNCIA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIPs) SOBRE AS SOCIEDADES INVESTIDAS: UMA ANÁLISE DA SUFICIÊNCIA DO REGIME JURÍDICO INSTITUÍDO PELA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E PELA RESOLUÇÃO CVM 175	60,0	Eliminado
Stablecoins no Brasil: regime jurídico-prudencial das reservas e dos mecanismos de estabilização	96,0	Classificado
Superendividamento do consumidor idoso de baixa renda e efetividade da Lei nº 14.181/2021: uma análise da implementação do modelo regulatório de prevenção e tratamento do superendividamento no Brasil	87,0	Classificado
TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS, DESCONEXÃO REGULATÓRIA E RECONEXÃO NORMATIVA: DESAFIOS DE SUPERVISÃO NO ECOSISTEMA DREX	52,0	Eliminado

Banca: 2-A

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
-------------------	--------------	-----------

A AUTOCOMPOSIÇÃO NA TUTELA DE DIREITOS DE TITULARIDADE COLETIVA: PARTICIPAÇÃO E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS EM PROCESSOS COLETIVOS	85,0	Classificado
A CONSENSUALIDADE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL À LUZ DO PROCESSO JUSTO	75,0	Classificado
A DECISÃO JUDICIAL TECNOLOGICAMENTE ASSISTIDA NO MODELO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO: CRITÉRIOS CONSTITUCIONAIS DE LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA	38,0	Eliminado
A ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS COMO ELEMENTO DE ORIENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL: POTENCIALIDADES E LIMITES DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	70,0	Classificado
A REQUALIFICAÇÃO JURÍDICA DE OFÍCIO NO PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO: UMA ANÁLISE DA EMENDATIO LIBELLI À LUZ DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	0,0	Eliminado
A TÉCNICA DA DISTINÇÃO COMO DIREITO SUBJETIVO: ENTRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES JUDICIAIS E O ARBÍTRIO	38,0	Eliminado
A inteligência artificial e a formação democrática do precedente qualificado no processo civil brasileiro	75,0	Classificado
ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO E HIPERJUDICIALIZAÇÃO: limites constitucionais do acesso à justiça e instrumentos de gestão processual para o enfrentamento da litigância abusiva	80,0	Classificado
ENTRE A NATUREZA JURÍDICA E O PROCEDIMENTO: A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA NA INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE ADEQUAÇÃO PROCEDIMENTAL DO ART. 305, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.	30,0	Eliminado
FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL, GESTÃO PROCESSUAL DAS RECLAMAÇÕES CONSTITUCIONAIS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O CONTRADITÓRIO	30,0	Eliminado
GESTÃO DA LITIGIOSIDADE E GARANTIAS JUDICIAIS: COMPETÊNCIA, EFICÁCIA E LIMITES DAS NOTAS TÉCNICAS DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO	70,0	Classificado
JOVENS INFRATORES NO BRASIL: POR QUE OS JOVENS COMETEM INFRAÇÕES E COMO EVITAR ESTA PRÁTICA GARANTINDO A RESSOCIALIZAÇÃO	0,0	Eliminado
O PARADIGMA DE PÔNCIO PILATOS NO PROCESSO CIVIL: inteligência artificial como protagonista do sistema de justiça, a inobservância do devido processo constitucional e os riscos ao direito material sensível	50,0	Eliminado
O PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DOS PADRÕES ARGUMENTATIVOS DAS DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	70,0	Classificado
O TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	45,0	Eliminado
PODER FINANCEIRO E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DOS PRECEDENTES: DESIGUALDADE ESTRUTURAL ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E LITIGANTES EVENTUAIS	70,0	Classificado
PROCESSO ESTRUTURAL COMO MUDANÇA SOCIAL: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA ADPF 347 E O EIXO 3 DO PLANO PENA JUSTA APLICADOS AOS PRÉ-EGRESSOS DA COMARCA DE PEDRA AZUL	50,0	Eliminado

Banca: 2-B

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
-------------------	--------------	-----------

A Indução Ilícita da Convicção Algorítmica: Fundamentos e Regime Jurídico Escalonado de Responsabilização pelo Prompt Injection na Justiça Digital Brasileira	40,0	Eliminado
A presunção de incapacidade de crianças e adolescentes e o acesso à justiça pela via dos direitos: uma crítica à adoção isolada do critério etário	70,0	Classificado
ENTRE A JUDICIALIZAÇÃO EM MASSA E A AUTOCOMPOSIÇÃO: LIMITES E POTENCIALIDADES DOS MEIOS CONSENSUAIS E DA JUSTIÇA DIGITAL NA LITIGÂNCIA BANCÁRIA REPETITIVA	42,0	Eliminado
INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DE SUPERAÇÃO DA MENTALIDADE ADVERSARIAL EM DISPUTAS DE GUARDA E CONVIVÊNCIA PARENTAL: ESTUDO COMPARADO ENTRE O DIREITO BRASILEIRO E O DIREITO ITALIANO	44,0	Eliminado
JUSTIÇA DIGITAL TRABALHISTA: barreiras aos trabalhadores e possibilidades de efetivação do acesso à justiça	70,0	Classificado
Limites e potencialidades da autocomposição em conflitos familiares envolvendo crianças e adolescentes	45,0	Eliminado
O ACESSO À JUSTIÇA NAS AÇÕES DE GUARDA EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A APLICAÇÃO DO 2º DO ART. 1.584 DO CÓDIGO CIVIL E DOS ARTS. 695 E 699-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL APÓS A LEI Nº 14.713/2023	42,0	Eliminado
O DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR E O INTERESSE DE AGIR JUDICIAL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA INEFICÁCIA DAS SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS NO PROCON DE GUIMARÃES-MG (2026-2027) E A PROPOSTA DE INDENIZAÇÃO COMO CONECTÁRIO LÓGICO PARA GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA	46,0	Eliminado
OS IMPACTOS DO EMPODERAMENTO JURIDICO FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE INSTITUCIONAL	45,0	Eliminado

Banca: 2-D

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A TUTELA COLETIVA CONTRA PLATAFORMAS DIGITAIS ENTRE A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O PROCESSO ESTRUTURAL: O PL 3/2025 EM PERSPECTIVA NACIONAL E COMPARADA	90,0	Classificado
ESTRATÉGIAS DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ESTRUTURAL: análise da experiência brasileira e norte-americana	92,0	Classificado
O OBJETO LITIGIOSO NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS: Critérios de definição e limites de sua flexibilização	92,0	Classificado
O PROCESSO ESTRUTURAL ENTRE A NORMA E A PRÁTICA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 3/2025 A PARTIR DA INSTALAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE DEMANDAS ESTRUTURAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS	58,0	Eliminado

Banca: 2-E

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A REPRESENTAÇÃO COLETIVA DAS PESSOAS ATINGIDAS POR BARRAGENS E A PARTICIPAÇÃO NA FORMAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE ACORDOS REPARATÓRIOS: O CASO DA VALE S.A. E O QUILOMBO SANHUDO	85,0	Classificado
A participação dos familiares das vítimas do crime da Vale em Brumadinho: Fome e Sede de Justiça	73,0	Classificado

DO POPULAR AO PRIVADO: O SHOPPING OIAPOQUE COMO EXPRESSÃO DO ESVAZIAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL DOS CAMELÔS EM BELO HORIZONTE.	77,0	Classificado
ENTRE A EXCLUSÃO E A FORMALIZAÇÃO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DIREITO À CIDADE E NOVAS FORMAS DE PROPRIEDADE NA LEI nº 13.465/2017	60,0	Eliminado
Gestão de riscos urbanos, direito à moradia e justiça socioespacial: o conflito entre proteção da vida e permanência territorial no caso do Morro dos Cabritos, em Contagem/MG	85,0	Classificado
O PARADOXO DA MINERAÇÃO "VERDE": TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, CONFLITOS TERRITORIAIS URBANOS E JUSTIÇA SOCIOESPACIAL NA EXPLORAÇÃO DE TERRAS RARAS EM POÇOS DE CALDAS/MG	85,0	Classificado
PONTOS DE PARADA, PONTOS DE PARTIDA: gratuidade tarifária, função social da cidade e eficácia do direito ao transporte em Ituiutaba-MG	85,0	Classificado
PROJETO MORADIA PRIMEIRO em Belo Horizonte/MG: estudo de caso crítico sobre a efetividade do direito à moradia adequada à luz dos parâmetros da ONU.	72,0	Classificado
Participação social e legitimidade democrática na reparação socioeconômica do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho: uma análise habermasiana	47,0	Eliminado
Tombamento Constitucional de Sítios Quilombolas e Justiça Socioespacial: Patrimônio Cultural, Direito ao Território e Conflitos Urbanos	70,0	Classificado

Banca: 2-F

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
"AUTOCOMPOSIÇÃO NOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: REGIME JURÍDICO E APLICAÇÃO DOS ARTS. 20-A A 20-D DA LEI Nº 11.101/2005 NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS"	70,0	Classificado
"Análise Econômica e Comportamental do Direito Processual Civil brasileiro: ferramentas e instrumentos para promoção da cooperação na justiça brasileira"	0,0	Eliminado
A TUTELA ESPECÍFICA COMO UM ENTRAVE À EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ESTATAL	40,0	Eliminado
A efetividade da tutela executiva no Processo Civil brasileiro: limites e desafios das novas ferramentas tecnológicas de constrição patrimonial.	0,0	Eliminado
DIREITO DE RETENÇÃO, SATISFAÇÃO DO CRÉDITO E EFICIÊNCIA DA AUTOTUTELA EXECUTIVA: Fundamentos, validade, sistematização e limites	80,0	Classificado
Entre a vinculatividade e a executividade: o enforcement das decisões proferidas por dispute boards nos contratos de construção	80,0	Classificado
FRACIONAMENTO DE DEMANDAS E SEGURANÇA JURÍDICA: a construção de limites uniformes ao exercício fragmentado de pretensões	70,0	Classificado
NORMATIVIDADES APÓS O CPC 2015: RECONFIGURAÇÃO DAS FONTES DO DIREITO. INTERFACE ENTRE O CIVIL LAW E O COMOMM LAW. IDENTIDADE DO ATUAL SISTEMA, E IMPACTOS NA ATIVIDADE INTERPRETATIVA DO JULGADOR.	0,0	Eliminado
Os limites da autonomia privada na conformação de mecanismos atípicos de autotutela executiva: uma análise a partir do pacto marciano	70,0	Classificado
REGULAÇÃO ADAPTATIVA E GOVERNANÇA DA INOVAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO: respostas institucionais da OAB e do Poder Judiciário às tecnologias disruptivas	20,0	Eliminado

Banca: 2-G

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
-------------------	--------------	-----------

"A INVISIBILIDADE DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA PRODUÇÃO DO DISCURSO JUDICIAL SOCIOEDUCATIVO: A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO SEM A OBSERVÂNCIA DO SISTEMA NORMATIVO PROTECIONISTA E A INTERLEGALIDADE NORMATIVA DO DIREITO INFANTO-JUVENIL"	40,0	Eliminado
DELIBERAÇÃO PARLAMENTAR E JUSTIFICAÇÃO PÚBLICA DA LEI: (des)conexões entre dissenso político e engajamento argumentativo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais	85,0	Classificado
LEGISLAÇÕES ÁLIBIS/SIMBÓLICAS INCONSTITUCIONAIS: uma análise do favorecimento algorítmico das redes ao discurso do ódio e à desinformação como mecanismo de capital político	71,0	Classificado
Processualidades, Normatividades e Efetividade: Processos de Produção do Direito e a Produção do Direito, Interlegalidade e Discursividade.	34,0	Eliminado

Banca: 2-H

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A CRIMINALIZAÇÃO DO GRAU DE MOTO EM BELO HORIZONTE	61,0	Eliminado
DIREITOS EM MOVIMENTO E REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS: circulação, tradução jurídica e disputa institucional da reivindicação pelo território caatingueiro pelas mulheres acampadas em Gameleiras/MG (2021-2026).	80,0	Classificado
DISPUTA PELA HEGEMONIA E POLÍTICA CRIMINAL NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAIIS COMO CONSENSO PROVISÓRIO	80,0	Classificado

Banca: 3-A

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
"Reforma da constituição, jurisdição e cultura constitucional: uma análise crítica das Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra Emendas Constitucionais"	75,0	Classificado
A DEMOCRACIA DELIBERATIVA NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO	70,0	Classificado
A PROMESSA CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO INTEGRAL: uma reconstrução crítica da persistência da racionalidade tutelar no sistema socioeducativo brasileiro	40,0	Eliminado
A Semântica do atraso e dogmática do adiamento no constitucionalismo brasileiro (1930 - 2026)	71,0	Classificado
A Violação do Direito Fundamental à Presunção de Inocência no processamento criminal de pessoas LGBT+: Uma análise luz de casos paradigmáticos.	70,0	Classificado
DO MANIFESTO AO ALGORITMO: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A RETÓRICA DA ILEGALIDADE E O DÉFICIT DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL	70,0	Classificado
EROSÃO DEMOCRÁTICA E RISCOS À SOBERANIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA ÀS INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS NO BRASIL	45,0	Eliminado
Entre a democracia militante e a democracia responsiva: o julgamento da tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal.	75,0	Classificado
O DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO E A DISSONÂNCIA NO "SUL GLOBAL": Uma análise do letárgico interesse em sistemas próximos a realidade do constitucionalismo brasileiro	45,0	Eliminado
O MANDATO CONSTITUCIONAL DE CODIFICAR: O CUMPRIMENTO ASSIMÉTRICO DO ART. 179, XVIII, DA CONSTITUIÇÃO DE 1824	50,0	Eliminado

PROCESSO DE RUPTURA POLÍTICA NA CONSTITUINTE DE 1987-1988: O PAPEL DE TANCREDO NEVES NO PROCESSO DE RUPTURA POLÍTICA E PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	80,0	Classificado
PROCESSO DEMOCRÁTICO DECOLONIAL SENSÍVEL ÀS DIVERSAS LINGUAGENS	70,0	Classificado

Banca: 3-B

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A prática sindical das trabalhadoras domésticas sob a perspectiva de quilombagem	70,0	Classificado
As críticas de Lukács à filosofia de Kant: das "antinomias do pensamento burguês" de História e Consciência de Classe à "consideração gnosiológica" de Para uma Ontologia do Ser Social	85,0	Classificado
Crítica da Economia Política e Crítica Ontológica ao Direito: A crítica marxiana ao direito de nos Manuscritos de 44 e em A Miséria da Filosofia	70,0	Classificado
Natureza, Estado e dependência: uma crítica marxista da exploração dos minerais críticos e estratégicos no capitalismo contemporâneo	75,0	Classificado
O FORMALISMO JURÍDICO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: AUSTERIDADE FISCAL E O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL	40,0	Eliminado
O Monopólio com Forma Social nos Grundrisse: Estado,	90,0	Classificado

Banca: 3-C

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A CONCRETIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL À LUZ DA EXPERIÊNCIA DINAMARQUESA: UMA ANÁLISE DE DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO	40,0	Eliminado
A CONSTITUIÇÃO DIANTE DO FUTURO: A CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DO SENTIDO CONSTITUCIONAL	45,0	Eliminado
A IMPARCIALIDADE DO JUÍZO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CRISE DA LEGALIDADE VS. CRISE DA MOTIVAÇÃO	40,0	Eliminado
A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A SEPARAÇÃO DOS PODERES: A legitimidade das decisões do Poder Judiciário sob o paradigma do Estado Democrático de Direito na obra Habermasiana e a fundamentação do Supremo Tribunal Federal na ADPF 635/RJ	45,0	Eliminado
A REALIDADE CONSTITUCIONAL E O TEMA 1389: NARRATIVAS DE PODER E A HERMENÊUTICA DA "PEJOTIZAÇÃO" NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	70,0	Classificado
CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS: Uma análise da representatividade popular e a Judicialização da Política	75,0	Classificado
CONSTITUTIONAL REASONING AND JUDICIAL LEGITIMACY IN THE JURISPRUDENCE OF THE BRAZILIAN SUPREME FEDERAL COURT	50,0	Eliminado
Diálogos institucionais em litígios estruturais: cooperação e controle nas ADPFs 347, 635 e 709 do STF	50,0	Eliminado
INTEGRIDADE JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: o Código de Ética e os limites à atuação privada dos ministros à luz do direito como integridade	70,0	Classificado
O DIÁLOGO CONSTITUCIONAL EM XEQUE: o presidencialismo de coalizão e os limites do potencial dialógico no Brasil	75,0	Classificado
O Federalismo como Laboratório da Democracia: Análise dos Temas 1036 e 970 do STF sob o Constitucionalismo Democrático	75,0	Classificado

O desenho institucional constitucional da segurança pública brasileira: uma análise a luz da governança democrática, da teoria da instituições e do direito constitucional comparado.	40,0	Eliminado
PRESIDENCIALISMO E SEPARAÇÃO DOS PODERES: O INSTITUTO DO IMPEACHMENT NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO A PARTIR DOS CASOS FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF	70,0	Classificado

Banca: 3-D

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
1 TÍTULO A influência da legislação previdenciária no reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado: análise jurisprudencial das mudanças promovidas pela Lei nº 12.470/2011 e pela Emenda Constitucional nº 103/2019.	70,0	Classificado
A EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO JURÍDICA ÀS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL À LUZ DO FEMINISMO DECOLONIAL E DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL	50,0	Eliminado
A FRAGILIZAÇÃO DA PROTEÇÃO JURÍDICA AO TRABALHO NO NEOCAPITALISMO BRASILEIRO	60,0	Eliminado
A ILUSÃO DA AUTONOMIA NO CAPITALISMO DE PLATAFORMA: AUTOGERENCIAMENTO SUBORDINADO, NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ENTREGADORES DE APLICATIVO	55,0	Eliminado
A REINTERPRETAÇÃO DO CONCEITO DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA DIANTE DA GESTÃO ALGORÍTMICA: REPERCUSSÕES MATERIAIS E PROCESSUAIS NO DIREITO DO TRABALHO	55,0	Eliminado
A Resistência Comunitária Feminista frente à Mercantilização do Cuidado no Envelhecimento	60,0	Eliminado
A SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA COMO ESTRUTURA DE DEGRADAÇÃO: A Reinterpretação dos Elementos Fáticos do Vínculo Empregatício na Economia de Plataformas	50,0	Eliminado
A contradição entre parte crescente do proletariado brasileiro que reivindica a supressão dos direitos CLTs em prol do neoliberalismo.	55,0	Eliminado
A legitimidade constitucional da negociação coletiva restritiva de direitos trabalhistas: liberdade sindical e direitos fundamentais absolutamente indisponíveis como pressupostos de validade após o Tema 1.046 do Supremo Tribunal Federal	70,0	Classificado
ACESSO À JUSTIÇA, PRECEDENTES VINCULANTES E DIREITOS HUMANOS DO TRABALHO: limites da vinculação à tese de licitude irrestrita da terceirização (Tema n. 725/STF) e a função protetiva da jurisdição trabalhista a partir do Caso Carneiro Távora	55,0	Eliminado
CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO NA ERA DIGITAL: a exclusão do teletrabalhador por produção ou tarefa no art. 62, III, da CLT	50,0	Eliminado
DO CONGELAMENTO SOCIAL À PRESERVAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: uma análise do congelamento de óvulos a partir da divisão sexual do trabalho	55,0	Eliminado
ENTRE A TERRA E O LAR: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO E SEUS IMPACTOS SOBRE A EFETIVAÇÃO DO DIREITO AO TRABALHO DIGNO DAS MULHERES AGRICULTORAS.	70,0	Classificado
ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS: A FORMAÇÃO DA REGULAÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO NO BRASIL E A RECONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DAS ESTRUTURAS DE EXPLORAÇÃO (1888 - 2026)	40,0	Eliminado
Entre a norma e a resistência: o legado das lutas escravizadas na formação do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro	60,0	Eliminado
Entre o uso e o trabalho: colonialidade de dados, participação produtiva e proteção trabalhista e previdenciária nas plataformas digitais	60,0	Eliminado
GEOLOCALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DA CONVENÇÃO Nº189 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.	45,0	Eliminado

Memórias em Disputa: Vigilância e Resistência Operária na Chapa Ferramenta de 1985	70,0	Classificado
O Acesso à Justiça e a Efetividade da Proteção Estatal em relação a Indígenas Vítimas de Trabalho Escravo Contemporâneo	70,0	Classificado
O Conflito entre a Proteção de Dados do Empregado e o Sigilo Empresarial na LGPD: Limites de Produção Probatória Digital nos Litígios Trabalhistas	55,0	Eliminado
O ESCUDO PROBATÓRIO DO ESTADO E A BARRICADA TRABALHISTA: A RACIONALIDADE ECONÔMICA DO STF NA TERCEIRIZAÇÃO PÚBLICA E O USO TÁTICO DO DIREITO FRENTE AO TEMA 1.118	60,0	Eliminado
O Papel do Sindicato na proteção do Meio Ambiente do Trabalho: A discricionariedade no uso da ação civil pública como instrumento de tutela coletiva	55,0	Eliminado
O trabalho informal e escravidão contemporânea na Amazônia Paraense: desafios à efetividade do Direito do Trabalho na regulação das relações privadas em contextos socioambientais vulneráveis.	60,0	Eliminado
Para além do direito de ação: o receio de retaliações como obstáculo ao acesso à Justiça do Trabalho em municípios de pequeno porte	45,0	Eliminado
Pejotização: a nova forma de (des)legalização da Classe Trabalhadora - Uma análise do fenômeno à luz do Pensamento de Bernard Edelman	70,0	Classificado
PÓS-RESGATE E ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL: o papel do SUAS na proteção de trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea em Minas Gerais	60,0	Eliminado
TERRAS RARAS, EXPLORAÇÃO HABITUAL: O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE EM PERSPECTIVA DECOLONIAL COMO INSTRUMENTO DE ATENUAÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	60,0	Eliminado
TRABALHADORES DO FUTURO AINDA SANGRAM: análise do trabalho dos treinadores brasileiros de anotação de dados e RLHF para o desenvolvimento da Inteligência Artificial generativa	80,0	Classificado
TRABALHO E DOENÇA: UMA ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO BANCÁRIO E SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS PARA A CATEGORIA	60,0	Eliminado
TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DOS CASOS DE TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANÁLISE QUANTITATIVA, PERFILAMENTO E INTERSECCIONALIDADE DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS EM MINAS GERAIS (2004-2026)	60,0	Eliminado
TÍTULO: TELETRABALHO: A NOVA FACE DA ESCRAVIZAÇÃO DA ROTINA CLT? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA HIPERDISPONIBILIDADE, DA AUSÊNCIA DE LIMITES DA JORNADA E DA PRECARIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NA ERA DIGITAL	55,0	Eliminado
UBERIZAÇÃO: ENTRE A SUBORDINAÇÃO JURÍDICA E OS NOVOS DESAFIOS REGULATÓRIOS PARA UM TRABALHO DECENTE	55,0	Eliminado

Banca: 3-E

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A FICÇÃO DAS COTAS E A REALIDADE DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL E INSTITUCIONAL DA ADJUDICAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL NAS CANDIDATURAS FEMININAS	70,0	Classificado
A cláusula de desempenho e o pluralismo político: limites constitucionais à restrição da representação partidária no Brasil	70,0	Classificado
O Controle das Inteligências Artificiais Generativas no Processo Eleitoral: Justiça Política, Integridade Procedimental e os Desafios da Resolução nº 23.610/2019 do TSE.	70,0	Classificado
OS DOIS CORPOS DO MANDATÁRIO DIGITAL: A NATUREZA JURÍDICA DOS PERFIS PESSOAIS DOS CHEFES DO PODER EXECUTIVO NAS REDES	80,0	Classificado

SOCIAIS E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO PROCESSO ELEITORAL		
---	--	--

Banca: 3-F

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
DA GOVERNAMENTALIDADE AO ESTADO DE EXCEÇÃO: FUNDAMENTOS FILOSÓFICO-JURÍDICOS DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA	80,0	Classificado
ENTRE O CONTRATO E O ALGORITMO: as transformações da violência contra a mulher no ambiente digital e a definição do conceito nas políticas das plataformas	80,0	Classificado
ESTADO PLURINACIONAL E SUPERAÇÃO DO DIREITO. Uma investigação a partir da experiência boliviana	50,0	Eliminado
NECROPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA CRÍTICA DECOLONIAL DA OPERAÇÃO CONTENÇÃO	70,0	Classificado
SUBJETIVIDADES CRIMINALIZADAS NA GUERRA ÀS DROGAS: INTENSIDADES DA LÓGICA DO INIMIGO E DISTRIBUIÇÃO DIFERENCIAL DO RIGOR PUNITIVO SOB O PARADIGMA DA EXCEÇÃO NO TRÁFICO PRIVILEGIADO	75,0	Classificado

Banca: 3-G

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
"A INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS DISPUTAS DE GUARDA COMO FORMA DE VIOLÊNCIA VICÁRIA"	42,0	Eliminado
(IN) SUFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA E INSEMINAÇÃO CASEIRA: um estudo sob a perspectiva de gênero de mulheres lésbicas e a problemática jurídica dos direitos reprodutivos e da parentalidade.	36,0	Eliminado
A (in)efetividade das medidas protetivas e os limites da tutela penal no feminicídio: uma análise crítico-institucional	64,0	Eliminado
A CONSTRUÇÃO JURÍDICA DA VÍTIMA IDEAL: VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL, CREDIBILIDADE E REVITIMIZAÇÃO DE MULHERES NOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	68,0	Eliminado
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: uma análise crítica do processo de elaboração do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça	70,0	Classificado
A NEUTRALIDADE REGULATÓRIA EM QUESTÃO: UMA ANÁLISE FEMINISTA DO PROCESSO DECISÓRIO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS BRASILEIRAS	76,0	Classificado
A PRODUÇÃO JURÍDICA DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A PARTIR DOS JULGADOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: entre os paradoxos da igualdade e os horizontes de uma jurisprudência queer.	70,0	Classificado
CUIDADO COMO BEM PÚBLICO? OS LIMITES DO RECONHECIMENTO JURÍDICO DE GÊNERO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CUIDADO NO BRASIL	67,0	Eliminado
Controle estatal sobre os direitos reprodutivos femininos: a criminalização da escolha e a validade jurídica no processo de esterilização de corpos vulnerabilizados	65,0	Eliminado
Desafios à Efetivação dos Direitos Humanos da População LGBTQIA+ no Brasil: inclusão e permanência em condições de igualdade nas relações de trabalho.	43,0	Eliminado

Experiências de Acesso à Saúde de HSH e Mulheres Trans Vivendo com HIV em Belo Horizonte	59,0	Eliminado
FOCALIZAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA, EQUIDADE E DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL: PARÂMETROS JURÍDICO-ANTIDISCRIMINATÓRIOS PARA A COMUNICAÇÃO SANITÁRIA SOBRE HIV E MPOX	78,0	Classificado
GRUPOS REFLEXIVOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: um giro espacial, decolonial, feminista e antirracista é possível?	52,0	Eliminado
Inclusão e discriminação no mercado de trabalho formal: a experiência da população trans sob a ótica da justiça do trabalho no estado de Minas Gerais	78,0	Classificado
MATERNIDADES ATÍPICAS E TRABALHO DE CUIDADO: limites da proteção social brasileira diante da invisibilização jurídica do cuidado	66,0	Eliminado
MISGENDERING E RECONHECIMENTO JURÍDICO DA IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS TRANS	55,0	Eliminado
O CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS PELO DIREITO: capitalismo, patriarcado e reprodução social a partir da dogmática penal e da violência institucional	70,0	Classificado
O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE À LUZ DA ADPF 779: a necessidade de uma releitura da plenitude de defesa no Tribunal do Júri.	40,0	Eliminado
O Potencial Emancipatório do Decreto nº 11.430/2023 para a Mulher Vítima de Violência Doméstica: uma crítica interseccional aos limites impostos pelo racismo e pela cisnormatividade institucionais.	67,0	Eliminado
OS OLHOS DA TÊMIS: a representatividade feminina na magistratura como elemento de fortalecimento da legitimidade do Poder Judiciário	43,0	Eliminado
PRECARIZANDO O PRECARIZADO: TRABALHO SEXUAL MASCULINO, SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA, VULNERABILIDADES SOCIAIS E PATERNALISMO JURÍDICO-PENAL NO CAPITALISMO DE PLATAFORMA	72,0	Classificado
QUAIS MEMÓRIAS IMPORTAM? TRANSFOBIA PÓS-MORTE E A PERSISTENTE NEGAÇÃO DO DIREITO DA AUTODETERMINAÇÃO DE GÊNERO	70,0	Classificado
Quando reconhecer também é excluir: a produção da heteronormatividade no discurso judicial sobre a aplicação da Lei Maria da Penha às relações homoafetivas femininas	67,0	Eliminado
REFLEXÃO, RESPONSABILIZAÇÃO E CUIDADO: articulações psicopolíticas no direito como mecanismo de prevenção contra violência de gênero e mitigação dos efeitos paradoxais do direito à igualdade	46,0	Eliminado
TEORIA JURÍDICA DA ENCRUZILHADA: NARRATIVA, MEDIAÇÃO E A INTERLOCUÇÃO DA POMBAGIRA NA IMAGINAÇÃO JURÍDICA DA LIBERDADE FEMININA.	60,0	Eliminado
Tecnologia, Direitos Humanos e Proteção das Mulheres: o Uso de Tecnologias Digitais como Estratégia de Proteção	32,0	Eliminado

Banca: 3-H

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A CONSTITUIÇÃO VIVA, A TRANSFORMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PERIFÉRICOS POR MEIO DE PRÁTICAS CULTURAIS COMO FORMA DE PRODUÇÃO DE CIDADANIA, APRENDIZAGEM SOCIAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS: O CASO DO VIADUTO DAS ARTES INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAR A ARTE E O PERTENCIMENTO EM BELO HORIZONTE MG.	85,0	Classificado
A Financeirização e constitucionalismo: como a atual política de juros se mostra um mecanismo de dessincronização social e erosão da temporalidade constitucional.	90,0	Classificado
COFINANCIAMENTO TRIPARTITE DO SUAS E A EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL À ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise à luz do constitucionalismo democrático	70,0	Classificado

Herança patriarcal-patrimonial ou patrimonialismo faoriano? Uma crítica aos pressupostos sociológicos da teoria constitucional brasileira	90,0	Classificado
---	------	--------------

Banca: 4-A

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
"A Literatura Enquanto Fonte do Direito: a palavra literária como instrumento de criação, transformação e evolução da consciência jurídica"	57,0	Eliminado
"Matar o criminoso, salvar o homem": o lema da APAC e a experiência compassiva do leitor no conto "A Hora e Vez de Augusto Matraga"	71,0	Classificado
A Constituição é lá para você? Frustrações negras ao longo do processo de cidadania brasileira na literatura de Machado de Assis, Lima Barreto e Abdias do Nascimento	77,0	Classificado
A EFETIVIDADE DO DIREITO DE SEQUÊNCIA NO BRASIL: Superação da opacidade probatória do mercado secundário de arte por meio de critérios subsidiários de valoração da mais-valia à luz do direito comparado	44,0	Eliminado
NARRAR PARA NÃO ESQUECER: MEMÓRIA, NARRATIVA E DIREITO NO TRIBUNAL DO JÚRI À LUZ DA LITERATURA E DA ARTE	58,0	Eliminado
Narrativas do reconhecimento em Jorge Amado: memória, humanidade e os limites da experiência jurídica em Capitães da areia e Tereza Batista cansada de guerra	73,0	Classificado

Banca: 4-B

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
(Des)coordenação normativo-política na tutela dos direitos humanos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEIDs) do Caribe	70,0	Classificado
A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NAS CORTES REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL COMPARADA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO E A ABORDAGEM INTERSECCIONAL	90,0	Classificado
CONVENCIONALIDADE SELETIVA: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E SUA RECEPÇÃO ASSIMÉTRICA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, DO STF AO TJMG (2023 - 2025)	80,0	Classificado
DIREITO À EDUCAÇÃO, IGUALDADE RACIAL E CIDADANIA: ANÁLISE CRÍTICA DA PRÁXIS INSTITUCIONAL E DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE AO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL	80,0	Classificado
ESCOLAS ESPECIALIZADAS: O Direito da Pessoa com Deficiência à Educação Efetiva e de Qualidade Frente à Política de Inclusão	95,0	Classificado

Banca: 4-D

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO E A CONSTRUÇÃO DA LEGALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A CENTRALIZAÇÃO DO PODER E A UNIFICAÇÃO DO DIREITO	45,0	Eliminado
A POSSE, CONTEXTO, HISTÓRIA BRASILEIRA DO CONCEITO E A CONSTRUÇÃO DE SUA CODIFICAÇÃO EM 1916	75,0	Classificado
CONTINUIDADES E RECONFIGURAÇÕES ENTRE AS LEIS DE SEGURANÇA NACIONAL E AO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (1964-2026)	75,0	Classificado
Como punir sem deixar marcas? A sanção de restrição alimentar nos presídios brasileiros. Séc. XIX e XX.	95,0	Classificado

Banca: 4-F

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A LEGITIMIDADE MATERIAL DA COERÇÃO NO ESTADO DE DIREITO: LIBERDADE, DIREITOS FUNDAMENTAIS E LIMITES DO PODER	65,0	Eliminado
A ONTOLOGIA DA ORDEM E A TERAPÊUTICA DA SUPRASSUNÇÃO: O Direito e o Estado como predicado da consciência e como consciência face à fratura ideológica e à pneumopatologia dos extremismos	75,0	Classificado
A crise da hiperespecialização nas Ciências do Estado: por uma reconstrução macrofilosófica da racionalidade pública no Estado de Direito	80,0	Classificado
Do Altar à Constituição: a Doutrina Social da Igreja na gênese do Estado Social de Direito	95,0	Classificado
ENTRE GUIZOT E TOCQUEVILLE: o repensar da cidadania e a legitimidade democrática no Estado de Direito	90,0	Classificado
Filosofia dos Sistemas de Governo: Afonso Arinos de Melo Franco e o Parlamentarismo na República do Brasil	70,0	Classificado
O Nascimento da Politicidade: o desenvolvimento do Espírito grego até Platão; entre arte, religião, política e filosofia	80,0	Classificado
O PODER DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DE DIREITO: A CONTRIBUIÇÃO DAS CORREGEDORIAS DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	25,0	Eliminado

Banca: 4-H

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A Autonomia Epistêmica da Prova Digital: entre os limites do convencimento motivado, critérios de valoração judicial e soberania humana.	70,0	Classificado
A REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO ONLINE: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE A NETZDG ALEMÃ E O PROJETO DE LEI Nº 2.630/2020 À LUZ DA FILOSOFIA DA TECNOLOGIA E DO DIREITO DIGITAL	25,0	Eliminado
A transparência nos programas de sandbox regulatório diante da proteção dos segredos comercial e industrial: parâmetros de governança para a divulgação e a restrição de informações	30,0	Eliminado
AUTOMAÇÃO JURÍDICA: LIMITES ÉTICOS E MORAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO	0,0	Eliminado
Cogeração algorítmica e racionalidade jurídica: impactos da inteligência artificial generativa na produção do discurso jurídico	75,0	Classificado
FALÁCIAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: uma análise sob a ótica do colonialismo de dados e da teoria da dependência	0,0	Eliminado

Banca: 5-A

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
Autonomia da vontade e liberdade cognitiva em ambientes digitais: uma análise sobre o perfilamento comportamental e a exposição algorítmica à publicidade de apostas on-line no contexto de capitalismo de vigilância	88,0	Classificado
CRIMINOLOGIA DIGITAL: Perfis e fatores criminológicos por trás de delitos virtuais, crimes de ódio nas redes e impactos da LGPD	80,0	Classificado

Engenharia da desconfiança: a crise epistemológica como subproduto de golpes digitais e desinformação nas plataformas digitais	70,0	Classificado
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL: POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMPATÍVEL COM O GARANTISMO E PARÂMETROS JURÍDICOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO	85,0	Classificado
Os limites do não-melhoramento humano: autodeterminação informacional, pessoa como devir e as fronteiras jurídicas da recusa de biotecnologias	90,0	Classificado

Banca: 5-C

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
"A CONCORRÊNCIA SUCESSÓRIA DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO SUPÉRSTITES COM DESCENDENTES E ASCENDENTES E A CONDIÇÃO DE HERDEIRO NECESSÁRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL À LUZ DA AUTONOMIA PRIVADA E DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA"	60,0	Eliminado
A LGPD E O DIREITO DA PERSONALIDADE	28,0	Eliminado
A POSSE DE ATIVOS DIGITAIS NO ECOSISTEMA DOS JOGOS ELETRÔNICOS: FUNDAMENTOS E EFEITOS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO	86,0	Classificado
A TUTELA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE E OS LIMITES DA AUTORIDADE PARENTAL E RESPONSABILIDADE CIVIL PELA SUPEREXPOSIÇÃO INFANTIL EM PLATAFORMAS DIGITAIS	55,0	Eliminado
A exposição de dados do indivíduo como dano in re ipsa à autodeterminação informativa: a insuficiência da dicotomia entre dados sensíveis e comuns sob a ótica da teoria do mosaico	86,0	Classificado
A posse em ambiente digital	84,0	Classificado
A tutela civil da autonomia existencial diante da vulnerabilidade intrafamiliar: fundamentos para uma reconstrução civil-constitucional.	38,0	Eliminado
CONVIVÊNCIA VIRTUAL NA GUARDA COMPARTILHADA: A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE CONTATO E DE EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR	60,0	Eliminado
Casamento, codificação e permanências: uma análise sobre o Direito de Família no Código Civil de 2002.	70,0	Classificado
DIRETIVAS EXISTENCIAIS DIGITAIS: AUTONOMIA E RECONSTRUÇÃO ALGORÍTMICA DA IDENTIDADE APÓS A MORTE	76,0	Classificado
Dirigismo contratual e proteção da confiança: limites da revisão judicial dos contratos civis paritários no Direito brasileiro contemporâneo	60,0	Eliminado
O ABANDONO AFETIVO PARA ALÉM DA RESPONSABILIDADE CIVIL: ESTRUTURA, FUNDAMENTOS E REPERCUSSÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, A PARTIR DA LEI N 15.240/2025	58,0	Eliminado
O DIREITO DA CRIANÇA À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A CORRESPONSABILIDADE PARENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MODELO BRASILEIRO DE RESIDÊNCIA DE REFERÊNCIA	60,0	Eliminado
O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA NO INSTITUTO DA ENTREGA LEGAL: TENSÕES ENTRE O SIGILO DA GENITORA E O DIREITO À IDENTIDADE BIOLÓGICA E CONVIVÊNCIA FAMILIAR	70,0	Classificado
O PROJETO DE VIDA SOB O ALGORITMO: RESPONSABILIDADE CIVIL E AUTONOMIA EXISTENCIAL DIANTE DA PRODUÇÃO DE ESTIGMAS DIGITAIS RELACIONADOS À SAÚDE MENTAL	59,0	Eliminado
O planejamento sucessório como instrumento de transmissibilidade do de cujus: uma análise da autonomia privada em face do direito fundamental à herança e aos direitos constitucionais à intimidade e privacidade	70,0	Classificado
Resolução contratual por inadimplemento: uma investigação sobre a limitação temporal ao exercício de um direito potestativo diante da ausência de prazo decadencial	80,0	Classificado

Vulnerabilidade Digital e Autodeterminação: O impacto do vazamento de prontuários e termos digitais na autonomia terapêutica dos pacientes com condições estigmatizantes.	60,0	Eliminado
---	------	-----------

Banca: 5-D

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A Lei Natural em Tomás de Aquino: fundamento do Direito e garantia de segurança jurídica	40,0	Eliminado
Normatividade, fraternidade e a virtude soberana: uma crítica ao instrumentalismo de Joseph Raz a partir do direito como integridade	80,0	Classificado

Banca: 5-F

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: UMA ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 494.601/RS À LUZ DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE E DA TEORIA DO RECONHECIMENTO	70,0	Classificado
JUSTIÇA INSTITUCIONAL E REPRESENTATIVIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICO-JURÍDICA SOBRE A LEGITIMIDADE DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS A PARTIR DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA	35,0	Eliminado
PROCESSO COMO ESCRITA DA MEMÓRIA: RISCOS DA PROVA TESTEMUNHAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	40,0	Eliminado

Banca: 6-A

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A Geopolítica da Transição Energética e o Desenvolvimento Orientado por Missões do Estado: O Direito Econômico como Indutor Tecnológico no Planejamento e Beneficiamento de Minerais Estratégicos.	75,0	Classificado
Decrescimento e desenvolvimento sustentável na ordem econômica brasileira: fundamentos e limites jurídicos para a política de minerais críticos e estratégicos na transição energética.	80,0	Classificado
ESTRUTURAS DE DISPOSIÇÃO DE REJEITOS E ESTÉREIS: CONTRIBUIÇÕES À REGULAMENTAÇÃO FEDERAL SOB A LUZ DE GUIAS E NORMAS INTERNACIONAIS	62,0	Eliminado
GOVERNANÇA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE JURÍDICA MULTINÍVEL SOBRE HABITABILIDADE, RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	60,0	Eliminado
LITIGÂNCIA CLIMÁTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: Uma avaliação da participação das populações à luz do Princípio 10 da Declaração do Rio	80,0	Classificado
O paradoxo regulatório de aplicação dos padrões da qualidade do ar no estado de Minas Gerais.	65,0	Eliminado

Banca: 6-B

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
-------------------	--------------	-----------

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE À CRIMINALIDADE TRANSNACIONAL: A atuação da INTERPOL e os desafios à soberania brasileira à luz do Direito Internacional Contemporâneo.	70,0	Classificado
---	------	--------------

Banca: 6-C

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A "ULTRASSONOGRAFIA JURÍDICA": Antinomia axiológica vertical e horizontal sobre a proteção à vida. Uma análise crítica do artigo 5º da Lei no 11.105 de 2005 à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Decreto-lei no 2.848 de 1940.	55,0	Eliminado
A ACESSORIEDADE ADMINISTRATIVA DA TIPICIDADE NO DIREITO PENAL MILITAR: LIMITES CONSTITUCIONAIS E RECONSTRUÇÃO DOGMÁTICA DOS TIPOS PENAS ABERTOS	88,0	Classificado
A AUTONOMIA JURÍDICA DA PRISÃO PREVENTIVA E A (IM)POSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO DAS ILEGALIDADES DA PRISÃO EM FLAGRANTE: UM ESTUDO À LUZ DO SISTEMA ACUSATÓRIO E DO GARANTISMO PENAL	40,0	Eliminado
A GÊNESE E OS IMPACTOS DO CONVÊNIO Nº 183/2026 (TJMG-PBH): UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DA INTERSETORIALIDADE E DO GERENCIAMENTO DE RISCOS NA CENTRAL DE GARANTIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE	53,0	Eliminado
A LIMITAÇÃO TEMPORAL DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO COMO MEDIDA CAUTELAR NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: PROPORCIONALIDADE, PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PROIBIÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DA PENA	40,0	Eliminado
A NORMATIVIZAÇÃO DO ELEMENTO COGNITIVO DO DOLO NOS CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITAIS: a cegueira perante os fatos na dogmática germânica e sua compatibilidade de lege lata com o art. 20 do Código Penal brasileiro	92,0	Classificado
A RESCISÃO DO CONTRATO DE COLABORAÇÃO PREMIADA: CONTORNOS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	33,0	Eliminado
A imprescindibilidade da aplicação dos institutos despenalizadores na responsabilização penal ambiental dos crimes contra a flora no Brasil	55,0	Eliminado
CONTAS LARANJAS, RASTROS DIGITAIS E DOLO NO ESTELIONATO ELETRÔNICO: critérios jurídico-penais de imputação subjetiva após a Lei nº 15.397/2026, em perspectiva comparada com a União Europeia e a Alemanha	84,0	Classificado
Criminalidade e Desigualdade Social - Perspectivas e Desafios na Aplicação da Teoria da Culpabilidade pela Vulnerabilidade na Justiça Criminal Brasileira	59,0	Eliminado
Dever de Conhecer e Dolo: A Atribuição do Conhecimento da Falsidade Documental Entre Imputação Material e Prova Indiciária	92,0	Classificado
ENTRE O ILÍCITO CIVIL E O ILÍCITO PENAL: CRITÉRIOS DE TRANSPOSIÇÃO DA TUTELA E A APLICABILIDADE DO ART. 184 DO CÓDIGO PENAL ÀS VIOLAÇÕES AUTORAIS MEDIADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA	92,0	Classificado
Governança Criminal Territorial e Direito Penal Contemporâneo: critérios dogmáticos para a resposta penal às Organizações Criminosas de Domínio Territorial no Estado do Rio de Janeiro	75,0	Classificado
JUSTIÇA PENAL NEGOCIAL E PESSOA JURÍDICA: A compatibilidade da confissão no ANPP com a dogmática da responsabilidade criminal corporativa	60,0	Eliminado
NON BIS IN IDEM COMO FUNDAMENTO DO CONCURSO DE LEIS: análise da aplicação do critério de identidade do Bem Jurídico nos casos de exploração mineral desautorizada	72,0	Classificado
O princípio constitucional da intranscendência da pena e os limites da investigação social em concursos públicos: entre a proteção da Administração Pública e a vedação da estigmatização penal	49,0	Eliminado

Opacidade Algorítmica e Devido Processo Legal: Viés, Discriminação e Regressão Dogmática na Justiça Penal Contemporânea	40,0	Eliminado
POPULISMO PENAL E GARANTIA DO EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO: O DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO DIANTE DA PRESSÃO SOCIAL POR REFORMAS PENAS	52,0	Eliminado
TIPICIDADE SUBJETIVA NOS CRIMES DE ACESSORIEDADE ADMINISTRATIVA: natureza do dever extrapenal e fronteiras entre dolo e culpa	81,0	Classificado
a Política Antimanicomial do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 487/2023) como instrumento para superar a incongruência entre a capacidade civil e a inimputabilidade penal da pessoa com deficiência.	61,0	Eliminado

Banca: 6-D

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A (RE)CONSTRUÇÃO DO FEDERALISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE VALIDADE E ADEQUAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO AO PACTO FEDERATIVO	55,0	Eliminado
A (in)constitucionalidade da tributação do spread bancário na forma da Lei Complementar n.º 214/2025: Análise à luz dos princípios da neutralidade e da não-cumulatividade	70,0	Classificado
A ALGORITMIZAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA: os desafios da opacidade e da segurança jurídica do contribuinte	72,0	Classificado
A APLICAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES E A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL: O CONTROLE DE JURIDICIDADE NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO (EC Nº 132/2023)	55,0	Eliminado
A Desfiguração do Tipo Penal-Tributário pelo "Outro Leviatã": Limites Constitucionais à Instrumentalização da Pena como Meio Indireto de Cobrança	55,0	Eliminado
A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA TARIFÁRIA EM PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: segurança jurídica, extrafiscalidade e mecanismos de flexibilização da Tarifa Externa Comum	70,0	Classificado
A INEFICÁCIA DO EPI COMO PRESUNÇÃO ABSOLUTA? LIMITES DA CONSTRUÇÃO JURISDICIONAL DO TEMA RG Nº 555	72,0	Classificado
A LEI COMPLEMENTAR NA DELIMITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS: Análise da ratio decidendi do STF e sua aplicação ao ITCD mineiro após a Reforma Tributária	55,0	Eliminado
A TRIBUTAÇÃO DA LOCAÇÃO IMOBILIÁRIA DA PESSOA FÍSICA: SOBREPOSIÇÃO DE INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E LIMITES CONSTITUCIONAIS DO NÃO CONFISCO À LUZ DA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023	70,0	Classificado
A proteção da confiança legítima do contribuinte no regime de transição da Reforma Tributária: limites constitucionais à luz do princípio da segurança jurídica.	50,0	Eliminado
Ativos intangíveis de difícil valoração e segurança jurídica: limites ao uso de informações ex post no regime brasileiro de preços de transferência.	72,0	Classificado
COMO O INTERESSE DE POUCOS AFETA MUITOS: Um estudo dos fenômenos que permeiam as concentrações de renda e de poder	50,0	Eliminado
CONFIANÇA E DESCONFIANÇA NA LEI COMPLEMENTAR N. 225/2026: O regime do devedor contumaz e os programas de conformidade tributária	70,0	Classificado
Consentimento, pertencimento e tributação: a legitimidade do poder de tributar nas concepções liberais e comunitárias de justiça	72,0	Classificado
ENTRE A JUSTIÇA FISCAL E A SEGURANÇA JURÍDICA: LIMITES CONSTITUCIONAIS DA BASE DE CÁLCULO DO ITCMD NA TRANSMISSÃO DE QUOTAS DE SOCIEDADES PATRIMONIAIS APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 132/2023 E A LEI COMPLEMENTAR N.º 227/2026	70,0	Classificado

FEDERALISMO FISCAL E HETERONOMIA INSTITUTIVA NO IBS: A ALÍQUOTA MUNICIPAL DE REFERÊNCIA ENTRE INTEGRAÇÃO SUPLETIVA, AUTONOMIA TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA JURÍDICA	50,0	Eliminado
GOVERNANÇA DA COBRANÇA TRIBUTÁRIA: fundamentos jurídicos para a integração entre a Administração Tributária e o Poder Judiciário na recuperação do crédito tributário	50,0	Eliminado
INTERPRETAÇÃO, NORMA JUDICIAL E JUSTIÇA TRIBUTÁRIA: como a interpretação de conceitos constitucionais impacta a relação entre direitos fundamentais e interesse arrecadatário	70,0	Classificado
JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA JURÍDICA NA TRIBUTAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR: COMPLEXIDADE NORMATIVA, CUSTO DE CONFORMIDADE E OS LIMITES DA HOLDING RURAL	50,0	Eliminado
LEGALIDADE E LEGITIMIDADE PROCEDIMENTAL NOS INSTRUMENTOS DE CONFORMIDADE FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL	72,0	Classificado
LIVRE INICIATIVA COMO ASPECTO DA NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA: análise da Fraude à Constituição em razão da previsão de anulação de créditos tributários promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023	70,0	Classificado
NE BIS IN IDEM TRIBUTÁRIO: Limites Constitucionais à Cumulação de Sanções Administrativas e Penais na Tutela da Ordem Tributária	50,0	Eliminado
NÃO CUMULATIVIDADE PLENA E RESTRIÇÃO DE CRÉDITOS DE USO MISTO NO IBS/CBS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025: O MÉTODO TIPOLOGICO COMO LIMITE CONSTITUCIONAL À DISCRICIONARIEDADE DO LEGISLADOR COMPLEMENTAR NA REFORMA TRIBUTÁRIA	70,0	Classificado
O ADQUIRENTE NA RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA APÓS A REFORMA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO: split payment, cashback e repetição do indébito	50,0	Eliminado
O CONVÊNIO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL NO CONTEXTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	0,0	Eliminado
OS ELEMENTOS NEGATIVOS DA RENDA TRIBUTÁVEL DA PESSOA JURÍDICA: CONTEÚDO CONSTITUCIONAL, LIMITES À LIBERDADE DE CONFORMAÇÃO DO LEGISLADOR E CRITÉRIOS DE LEGITIMAÇÃO DOS DISTANCIAMENTOS CONTÁBIL-FISCAIS	72,0	Classificado
OS IMPACTOS DOS TRIBUTOS DIFERIDOS EM COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS: autonomia do Direito Tributário em face das normas contábeis	72,0	Classificado
Os limites da descon sideração de atos e negócios jurídicos pela Administração Tributária: aplicação do art. 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional na ausência de lei ordinária procedimental.	50,0	Eliminado
SIMPLICIDADE, TRANSPARÊNCIA, JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, COOPERAÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE: ruptura paradigmática ou consolidação principiológica no Direito Tributário?	70,0	Classificado
UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL: LIMITES E DEVERES DECORRENTES DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	50,0	Eliminado

Banca: 6-E

TÍTULO DO PROJETO	NOTA PROJETO	RESULTADO
A JUSTICIABILIDADE DIRETA DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS NA CORTE INTERAMERICANA: INTERPRETAÇÃO EVOLUTIVA, AUTORIDADE JURISPRUDENCIAL E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO BRASIL	70,0	Classificado

A UNILATERALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: Ajustes de carbono na fronteira, cooperação internacional e responsabilidades comuns, porém diferenciadas	50,0	Eliminado
CODIFICAÇÕES E DESENVOLVIMENTOS PROGRESSIVOS: O QUE A AMÉRICA LATINA TEM A DIZER SOBRE AS EXCEÇÕES À IMUNIDADE FUNCIONAL	50,0	Eliminado
Controle de Convencionalidade Ambiental e Climático: Teoria Interamericana, Prática Brasileira e Padrões de Conduta	70,0	Classificado
ENTRE A GARANTIA PROCESSUAL E A CONTESTAÇÃO: O uso estratégico dos mecanismos procedimentais do Estatuto de Roma e a resposta jurisprudencial do Tribunal Penal Internacional	50,0	Eliminado
ENTRE ABSTRAÇÃO E ESPECIFICIDADE: O princípio da não intervenção na Carta da ONU e sua interpretação pela Assembleia Geral	70,0	Classificado
ESTATUTOS DE BLOQUEIO COMO RESPOSTA ÀS SANÇÕES SECUNDÁRIAS: entre a licitude e a eficácia na ordem internacional	75,0	Classificado
Funções do direito internacional na prevenção de riscos catastróficos associados a sistemas avançados de inteligência artificial	50,0	Eliminado
HUMANOS SOB CUSTÓDIA: parâmetros do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o controle de convencionalidade no cárcere brasileiro.	60,0	Eliminado
O "Melhor Interesse da Criança" como Cláusula Aberta: Tensões e Estratégias na Aplicação da Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Menores no Brasil	40,0	Eliminado
O papel dos BRICS na evolução da interpretação do Direito ao Desenvolvimento no Direito Internacional contemporâneo	70,0	Classificado
QUANDO OS DIREITOS HUMANOS ENCONTRAM A PRECAUÇÃO: o princípio da precaução como instrumento da tutela dos direitos humanos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos	50,0	Eliminado